



Integração da SADC

A necessidade de implementação de estratégias regionais

O PRESIDENTE da SADC, Presidente Hage Geingob da Namíbia, disse que os estados membros podem tirar um pleno proveito da agenda de integração caso todas as iniciativas e estratégias sejam implementadas de acordo com os prazos acordados, e que a falta de implementação de decisões estratégicas pelos Estados Membros da SADC está a dificultar desenvolvimento e integração na região.

Durante uma recente visita ao Secretariado da SADC, ele enfatizou que a SADC deveria se concentrar mais na implementação dos planos de acção existentes ao invés de produzir novos.

“Às vezes tomamos decisões e depois falharmos a sua implementação, simplesmente tomamos uma outra decisão.”

Muitos compromissos e protocolos da SADC foram ratificados para fazer avançar as políticas regionais, mas atrasos na domesticação de acordos e implementação a nível nacional atrasaram o acesso a benefícios para cidadãos pertencentes a uma comunidade partilhada na África Austral.

Mais de 33 protocolos foram assinados pelos Estados Membros desde a transformação da SADC da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em 1992, no

entanto muitos dos protocolos não foram ratificados ou implementados a nível nacional, descarrilhando assim a agenda de integração na região.

Esses protocolos vão desde comércio e investimento, paz e segurança, até recursos naturais transfronteiriços e empoderamento de mulheres e jovens.

Geingob disse que é importante que a SADC "exponha" e implemente as suas decisões acordadas, uma vez que estes compromissos regionais podem promover o desenvolvimento sustentável e aprofundar a integração regional.

Ele disse que um "dos assuntos em questão é a Área de Comércio Livre da SADC, que foi concebida como uma ferramenta para fortalecer o sector privado na região, aumentando a produção interna e as oportunidades de negócios, bem como apoiar grandes importações e exportações regionais".

Embora o lançamento do ACL da SADC em 2008 tenha visto produtores e consumidores da região a beneficiarem do comércio livre de tarifas para produtos originários da região, a SADC enfrentou alguns desafios na consolidação dos ganhos do ACL através da implementação de uma União Aduaneira, Mercado, União Monetária e adopção de uma moeda única para a região.

continua na página 2...

POLÍTICA	3
CONSELHO DE MINISTROS DA SADC	4-5
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	6
AQUACULTURA	7
ELEIÇÕES	8-9
SEGURANÇA ALIMENTAR	10
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	11
GÉNERO	12
UNIÃO AFRICANA	13
COOPERAÇÃO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

A SADC planeou o lançamento de uma União Aduaneira em 2010, um Mercado Comum até 2015, e uma União Monetária até 2016, com a adopção de uma moeda única até 2018.

Todos essas metas se mostraram indescritíveis.

"Ninguém pode questionar o facto de que todos esses acordos regionais foram assinados de boa fé e com a melhor das intenções", disse Geingob, acrescentando que "a questão que precisamos de nos perguntar é se fizemos ou estamos fazendo o suficiente no que tange a implementação".

Ele disse que chegou a hora da SADC lidar com o ritmo lento da implementação para garantir que a região seja capaz de atingir as suas metas de longa data de uma região unida, próspera e integrada.

"É imperativo que, como africanos, precisemos de gerir as nossas comunidades económicas regionais como empresas. Portanto, os princípios centrais da governação corporativa devem ser inculcados em todos os níveis dentro do Secretariado da SADC. Justiça, lealdade, responsabilidade e transparência devem constituir o DNA de nossa organização", disse ele.

"Este é o único garante do crescimento futuro e da boa implementação das nossas aspirações de desenvolvimento".

Ele disse que estes princípios devem ser aplicados para assegurar a implementação suave e bem-sucedida de todas as decisões, actividades, programas e projectos regionais acordados, como o actualizado Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2015-2020 e a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC.

Inicialmente aprovado em 2003, com uma revisão estratégica em 2015, o RISDP é o projecto de integração e desenvolvimento regional.

A estratégia de industrialização da SADC procura alcançar uma grande transformação económica e tecnológica a nível nacional e

regional para acelerar o crescimento económico através do desenvolvimento industrial.

Geingob disse que o Secretariado da SADC deve continuar a adoptar uma abordagem activa na coordenação da implementação da agenda de integração regional.

O Secretariado da SADC, com sede em Gaborone, Botsuana, é a principal instituição executiva da SADC, responsável pelo

SADC cria fórum juvenil

O FÓRUM Juvenil da SADC foi criado como uma estrutura oficial para avançar a agenda de integração da região no futuro.

Isto está alinhado com o tema da 38ª Cimeira da SADC - "Promovendo o Desenvolvimento de Infraestruturas e o Empoderamento da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável".

O Fórum Juvenil da SADC permitirá que os jovens da região desenvolvam resoluções e recomendações para questões prioritárias, pelos Ministros da SADC responsáveis pela Juventude, que as submeterão primeiro ao Conselho de Ministros da SADC para inclusão na agenda dos Chefes de Estado e de Governo da SADC.

Espera-se que a reunião dos Ministros da SADC responsáveis pela Juventude, marcada para Maio, delibere uma série de resoluções propostas pelos jovens.

Estas incluem uma revisão dos padrões mínimos para a participação e liderança dos jovens, bem como a versão preliminar da estrutura do programa para a inovação e empreendedorismo da juventude, e como integrar a participação dos jovens na implementação do Quadro de Monitoria, Avaliação e Relatório da SADC para Crianças e Jovens Órfãos e Vulneráveis.

A criação de um Fórum Juvenil é um desenvolvimento bem-vindo uma vez que não havia essa oportunidade para os jovens contribuírem activamente para a agenda de integração na região.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena

planeamento estratégico, facilitação, coordenação e gestão de todos os programas da SADC.

O Presidente Geingob visitou o Secretariado da SADC no dia 1 de Fevereiro como parte de uma visita de familiarização da Sede da

SADC como o presidente da SADC.

Ele passará a Presidência rotativa da SADC, em Agosto, ao seu homólogo tanzaniano, Dr. John Magufuli, durante a 39ª Cimeira da SADC a ser organizada pela Tanzânia. sardc.net □



Lawrence Tax, disse que o fórum proporciona um ambiente propício para encorajar a participação da juventude no desenvolvimento da região.

"O empoderamento dos jovens continua a ser um assunto importante que exige medidas deliberadas da região para garantir a participação dos jovens no desenvolvimento socioeconómico da região", disse a Dra. Tax.

Afirmou que o Secretariado, em colaboração com os Estados Membros, implementou uma série de actividades para operacionalizar o tema e envolver os jovens na agenda da integração, incluindo o desenvolvimento de mensagens multimédia e a convocação de conversações da Juventude da SADC.

Outra actividade foi a realização de um Fórum Jovens na Namíbia, em Dezembro de 2018, onde houve interações activas e compromissos, culminando com a decisão de criação de um Fórum Jovens como uma estrutura oficial da SADC.

A SADC também conduziu o Fórum de Gestão da Internet da África Austral, em Durban, África do Sul, e o Seminário Juvenil de Pesca e Aquacultura

da SADC, realizado em Lilongwe, no Malawi.

"Essas actividades ofereceram aos jovens uma oportunidade de discutir temas tecnológicos, como fomentar actividades de incubadoras para os grupos desfavorecidos na economia digital e os sectores regionais de pesca e aquacultura."

A Dra. Tax disse que os jovens devem aproveitar estas iniciativas para garantir que as suas vozes sejam ouvidas e consideradas no avanço da integração regional na SADC.

"Quero vos assegurar que o Secretariado da SADC continua plenamente empenhado em garantir a consolidação dos esforços para o empoderamento da juventude", disse ela.

"Também posso apelar aos Estados Membros da SADC e a todas as partes interessadas para que empreendam esforços para continuar a integrar os interesses dos jovens nos planos de desenvolvimento, de modo a garantir que os jovens desempenhem o seu papel legítimo no crescimento e desenvolvimento da região."

Os jovens constituem a maioria da população na SADC e são os beneficiários das decisões tomadas hoje. □

Rumo ao movimento suave de pessoas na SADC

O VASTO movimento de pessoas através das fronteiras é reconhecido como um catalisador e um benefício do aprofundamento da integração regional na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Um dos principais objectivos do estabelecimento da SADC era permitir aos cidadãos circularem facilmente na região e participarem plenamente na agenda de integração e na economia regional.

Para este fim, a SADC colocou em prática uma série de instrumentos legais para facilitar e promover o aumento do movimento de cidadãos da SADC dentro da região.

O principal instrumento legal é o Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas, adoptado em 2005, que prevê a harmonização das leis nacionais para promover a livre circulação de pessoas em toda a região.

Outros instrumentos jurídicos incluem o Protocolo sobre Educação e Formação (1997), Protocolo sobre o Desenvolvimento do Turismo (1998) e o Protocolo sobre Emprego e Trabalho (2014).

O Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas apela a harmonização de leis e práticas administrativas para que os cidadãos de qualquer um dos Estados Membros da SADC possam entrar num outro País na região por um período máximo de 90 dias por ano sem necessidade de visto.

Outros objectivos principais estabelecidos no protocolo incluem a padronização dos formulários de imigração usados pelos cidadãos que viajam e o estabelecimento de guichés dedicados para a SADC em todos os portos de entrada para facilitar o processamento dos documentos de viagem para os cidadãos da SADC e residentes nos postos fronteiriços.

Embora o Protocolo ainda não esteja em vigor, os Estados Membros da SADC fizeram progressos constantes na implementação de algumas das actividades identificadas, e vários países adoptaram uma abordagem gradual no sentido de remover as barreiras à circulação de pessoas.

A maioria dos Estados-Membros está agora a tornar-se mais aberta aos cidadãos da SADC. Por exemplo, cada vez mais países da região aboliram os requisitos de visto ou reduziram o custo e o tempo necessários para adquirir um.

Todos os cidadãos da SADC não precisam de visto antes de viajar para as Maurícias, Seychelles e Zimbabwe.

Oito outros países reduziram significativamente os requisitos de visto para os cidadãos de outros Estados Membros da SADC. Estes são o Botswana, o Eswatini, o Lesotho, o Malawi, Moçambique, a Namíbia, a África do Sul, a República Unida da Tanzânia e a Zâmbia.

Contudo, os cidadãos da maioria dos Estados Membros da SADC ainda necessitam de vistos para viajar para a República Democrática do Congo (RDC).

Cidadãos de Madagáscar, Maurícias, Zâmbia e Zimbabwe podem viajar para a República Democrática do Congo sem a necessidade de visto.

Os Estados-Membros que ainda exigem vistos de cidadãos de vários outros Estados-Membros são Angola e Madagáscar.

Os cidadãos obrigados a obter vistos antes de viajarem para Madagáscar são os de Angola, Botswana, Moçambique, Namíbia e África do Sul.

Angola exige um visto dos cidadãos da RDC, Lesotho, Madagáscar, Malawi e Zâmbia. Em comparação com outras regiões da África, os Estados Membros da SADC estabeleceram mais mecanismos que permitem que as pessoas se movimentem livremente através das fronteiras.

De acordo com o Relatório sobre a Abertura de Vistos

em África 2018, publicado conjuntamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pela Comissão da União Africana, a SADC tem o maior número de Países no topo de 20 Estados Africanos com fronteiras abertas.

Seychelles, um Estado Membro da SADC, foi classificado como o País com as fronteiras mais abertas do continente, uma vez que não requer vistos de cidadãos de todos os outros Países africanos.

Outros Estados Membros da SADC no topo dos 20 Países em África são Moçambique (10º em África), Maurícias (12), União das Comores e Madagáscar (14), Tanzânia (18) e Zimbabwe (20).

Embora os Estados Membros da SADC estejam a fazer progressos constantes para promover a circulação suave de pessoas em toda a região, é necessário fazer mais para garantir que os cidadãos usufruam plenamente dos benefícios de pertencer a uma comunidade partilhada na África Austral. □

Abertura de Vistos em África – Estados Membros da SADC em 2018

País	Classificação em África (dos 55 Países)	Nº de Países Africanos cujos cidadãos obtêm visto de entrada a chegada	Nº de Países Africanos cujos cidadãos obtêm vista de entrada a chegada	Nº de Países Africanos cujos cidadãos precisam de Visto de entrada
Seychelles	1	53	0	0
Moçambique	10	9	44	0
Maurícias	12	27	21	5
Comores	14	0	53	0
Madagáscar	14	0	53	0
Tanzânia	18	16	26	11
Zimbabwe	20	17	10	26
Malawi	22	14	12	27
Zâmbia	23	13	12	28
Botswana	30	17	0	36
Eswatini	30	17	0	36
Lesotho	32	16	0	37
África do Sul	34	15	0	38
Namíbia	38	13	0	40
Angola	42	7	0	46
RDC	45	4	3	46

Fonte: BAD e Comissão da UA, Relatório sobre a Abertura de Vistos em África 2018

Conselho de Ministros da SADC delibera sobre Estratégias de Integração Regional



O CONSELHO de Ministros da SADC marcado para Windhoek, Namíbia, deliberará sobre uma vasta gama de questões, incluindo o progresso na implementação de iniciativas regionais prioritárias, bem como a aprovação do orçamento para coordenar a implementação de planos de acção identificados.

A alocação de recursos financeiros adequados para coordenar a implementação das actividades, programas e projectos regionais acordados é fundamental para assegurar que a agenda de integração da África Austral seja um sucesso.

Isto acontece porque mais de 70 por cento do orçamento da SADC provir de Parceiros de Cooperação Internacional - uma situação que compromete a apropriação e sustentabilidade da agenda regional.

A este respeito, o orçamento da SADC 2019/2020 a ser discutido pelo Conselho de Ministros deverá considerar modalidades de financiamento alternativas que permitirão à região assumir o controlo total do seu plano de desenvolvimento.

Estas modalidades incluem a operacionalização do proposto Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC, bem como a finalização do desenvolvimento do Quadro de Mobilização de Recursos da SADC (Fontes Alternativas de Financiamento dos Programas Regionais da SADC).

O quadro de fontes alternativas de financiamento identifica uma série de opções, como a introdução de um imposto de exportação e importação; uma taxa de turismo; um imposto sobre

transacções financeiras; um sistema de loteria; filantropia; e eventos regionais.

Estima-se que a SADC possa ganhar anualmente mais de 1,2 mil milhões de dólares destas fontes alternativas, um desenvolvimento que deverá eliminar a actual dependência de financiamento externo e, assim, melhorar a implementação de iniciativas e estratégias prioritárias regionais.

De acordo com uma declaração divulgada pelo Secretariado da SADC antes da reunião do Conselho de Ministros marcada para 15-16 de Março, outra questão chave para discussão é o progresso feito no sentido de implementar as decisões da 38ª Cimeira da SADC.

Com o tema "Promovendo o Desenvolvimento de Infraestruturas e o Empoderamento de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável", a 38ª Cimeira da SADC instou os Estados Membros a envolver os jovens na agenda de integração, bem como a promover o desenvolvimento de infraestruturas.

O foco no empoderamento da juventude visa assegurar que a região aproveite o seu capital humano através dos jovens, que constituem a maioria da população na SADC.

Além disso, espera-se que os jovens colham os benefícios das decisões tomadas hoje, portanto, envolvê-los na agenda da integração regional faz sentido.

Intimamente ligado ao empoderamento da juventude, espera-se que o conselho delibere sobre a operacionalização da Universidade de

Transformação da SADC que foi aprovada pela 38ª Cimeira da SADC, realizada em Agosto de 2018.

Uma iniciativa do Rei Mswati III do Reino de Eswatini, a universidade será "na forma de uma universidade virtual, e incidirá sobre empreendedorismo, inovação, comercialização, transferência de tecnologia, desenvolvimento empresarial, digital e economia do conhecimento, para apoiar a agenda de industrialização."

O Conselho de Ministros da SADC irá também "receber relatórios sobre a implementação das áreas prioritárias do novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2015-2020 (RISDP)".

O RISDP é um projecto para integração e desenvolvimento regional. Inicialmente aprovado em 2003, com uma revisão estratégica em 2015, o RISDP identifica quatro prioridades principais a serem perseguidas pela região de 2015-2020.

A Prioridade A procura promover o desenvolvimento industrial e a integração do mercado por meio, entre outras coisas, do fortalecimento da competitividade produtiva e da capacidade de oferta dos Estados membros, além de melhorar o movimento de mercadorias e facilitar a integração do mercado financeiro e a cooperação monetária.

A prioridade B é a provisão e melhoria do suporte de infraestrutura para integração regional.

A prioridade D é a promoção de programas especiais de dimensão regional em grupos como a educação e

o desenvolvimento de recursos humanos; saúde, HIV e SIDA e outras doenças transmissíveis; segurança alimentar e recursos naturais transfronteiriços; meio Ambiente; estatísticas; igualdade de género; e ciência, tecnologia e inovação e pesquisa e desenvolvimento.

As três prioridades acima serão apoiadas pela Prioridade C sobre a promoção da paz e segurança.

Faltando apenas um ano para o fim da implementação do novo RISDP, o Conselho de Ministros da SADC irá assim rever o progresso feito na operacionalização do plano.

Espera-se que o conselho discuta a paz e a segurança na região, bem como a preparação para as eleições em alguns países da SADC.

Pelo menos sete Estados Membros da SADC estão preparados para realizar eleições este ano.

Estes são o Botswana, a União das Comores, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia e África do Sul.

Madagáscar e Comores - o mais novo membro da SADC - irão às eleições em Março, enquanto o Malawi e a África do Sul realizam as suas eleições em Maio e Julho, respectivamente.

Botswana e Moçambique terão suas eleições em Outubro, com a Namíbia programada para votar em novembro.

A agricultura e a segurança alimentar continuam a ser uma das principais prioridades do Conselho de Ministros, na sequência das condições de pouca chuva e seca que afectaram a maior parte da região durante a campanha agrícola de 2018/19.



de altos funcionários e técnicos de 11 a 16 de Março.

O conselho é constituído por Ministros de cada Estado Membro, geralmente dos Ministérios das Relações

Exteriores, Planeamento Económico ou Finanças. Reúne-se duas vezes por ano em Fevereiro / Março e imediatamente antes da Cimeira em Agosto ou Setembro.

O Conselho de Ministros supervisiona o funcionamento e desenvolvimento da SADC e assegura que as políticas e decisões sejam implementadas. sardc.net □

O foco do Conselho de Ministros será a continuação da implementação da Política Agrícola Regional, a fim de melhorar a produção, a produtividade, a competitividade e o comércio no sector agrícola, recursos naturais e meio ambiente.

Com relação ao comércio, espera-se que o Conselho de Ministros discuta como a região poderia trabalhar com outras comunidades económicas regionais para concluir os esforços para operacionalizar a Área Tripartida de Comércio Livre (ATCL), bem como estabelecer a Área Continental Comércio de Livre (ACCL).

A ACCL é um mercado alargado que abrange 27 Países na África Oriental e Austral e envolve o Mercado Comum da África Oriental e Austral, a Comunidade da África Oriental e a SADC.

ACCL envolve todos os 54 países africanos e visa facilitar a circulação suave de bens e serviços através das fronteiras, bem como permitir que os países membros harmonizem as políticas comerciais regionais para promover a concorrência equitativa.

Quando estiver operacional, a ACCL criará uma população combinada de mais de um bilião de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 triliões de dólares norte americanos.

O Conselho de Ministros da SADC, que tradicionalmente se reúne anualmente para rever a implementação das decisões regionais e aprovar o orçamento da SADC, será precedido por várias reuniões

NA FRENTE Legislativa, o Conselho de Ministros irá concentrar-se na forma de criação de um parlamento regional depois da liderança política ter oferecido apoio de alto nível a esta instituição durante a 38ª Cimeira da SADC, realizada em Agosto de 2018.

Espera-se que o proposto parlamento regional facilite a ratificação e a domesticação dos protocolos da SADC e outros instrumentos legais, bem como os tratados ou acordos continentais e internacionais aos quais a região aderiu.

Contudo, o proposto parlamento respeitará a soberania dos parlamentos membros e será subserviente ao Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC, que manterá relações formais e legais com outras instituições da SADC sob a autoridade da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.

Outra função do proposto parlamento regional será fortalecer e facilitar a implementação efectiva das políticas e programas da SADC, melhorando assim a capacidade da organização regional para atingir as suas metas.

Uma vez operacional, o proposto Parlamento Regional da SADC redigirá e aprovará leis modelo de interesse comum que ajudarão a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos da região.

Em termos de implicações financeiras para a transformação do fórum em parlamento, isso não implicará o aumento de custos para os orçamentos nacionais. Isto porque o financiamento central do parlamento regional basear-se-á no actual arranjo em que os parlamentos membros fazem

contribuições iguais anualmente ao Fórum Parlamentar da SADC (SADC PF), um órgão interparlamentar regional composto por parlamentares dos Estados Membros da SADC.

A proposta é que o actual secretariado do FP da SADC continue como secretariado do parlamento regional, mantendo a sua sede em Windhoek, Namíbia.

Além disso, propõe-se que o parlamento regional realize sessões rotativas nos Estados membros. Isto já acontece quando as assembleias plenárias do FP da SADC são organizadas pelos parlamentos membros. □



Parlamento da Namíbia

Secretariado da SADC envolve o sector privado no desenvolvimento de gás

O **SECRETARIADO** da SADC iniciou consultas para desenvolver um entendimento comum sobre a melhor forma de utilizar os seus recursos de gás natural.

Isto ocorre após a decisão do Conselho de Ministros da SADC de aprovar planos para desenvolver um plano director regional que orientará a exploração dos vastos recursos de gás natural na região.

A decisão tomada antes da 38ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada em Windhoek, Namíbia, em Agosto de 2018, ajudará a facilitar o aumento do acesso universal à energia, bem como promover o desenvolvimento industrial na SADC.

Além disso, o aproveitamento de fontes de energia alternativas contribuirá para o misto

energético regional, que é dominado pelo carvão e pela energia hídrica.

Em dezembro de 2018, o Ministério de Minas e Energia da Namíbia organizou uma reunião Consultiva do Sector Privado convocada pela Divisão de Energia da SADC no Secretariado da SADC com a Fundação de Negócios da NEPAD.

A reunião discutiu e concordou com uma vasta gama de questões que foram agora submetidas à reunião do Subcomité de Energia da SADC para apuramento antes de as incorporar no projecto de termos de referência para o desenvolvimento do plano regional de gás.

Essas questões incluem estruturas institucionais e regulatórias, custos, preços e tarifas, bem como questões ambientais e outras questões transversais. □



Conselho Empresarial da SADC

... Fortalecimento do envolvimento do Sector Privado na integração regional

UM CONSELHO Empresarial Regional será criado brevemente para lidar com aspectos de interesse comuns para o Sector Privado na África Austral.

A Secretária Executiva da SADC, Dra Stergomena Lawrence Tax, disse que o Conselho Empresarial deverá estar operacional em Setembro de 2019.

“O sector privado e outros actores não estatais são parceiros importantes para alcançar o desenvolvimento económico inclusivo e sustentável, como preconizado na Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC”, disse a Dra. Tax quando o Presidente da SADC, Presidente Hage Geingob da Namíbia, visitou o Secretariado em Fevereiro.

“Reconhecendo que o envolvimento do sector privado é fundamental para o sucesso da implementação da Estratégia de Industrialização, o Secretariado, em colaboração com os organismos de ligação com o Sector Privado na região, está a trabalhar no sentido de criar um Conselho Empresarial da SADC.”

Segundo ela, quando estiver operacional, espera-se que o conselho empresarial reforce o envolvimento do sector privado na agenda de integração e desenvolvimento da SADC, a nível regional e nacional.

“Nesse sentido, um Plano de Acção, que inclui o desenvolvimento de um documento fundador e regras de engajamento tanto para o próprio sector privado quanto para as interações entre os sectores privado e público, foi desenvolvido”, disse ela, acrescentando que “a expectativa é que o Conselho Empresarial da SADC seja criado em Setembro.”

A decisão de fortalecer o envolvimento do sector privado na integração regional está em consonância com as recomendações do Retiro Ministerial Estratégico da SADC sobre a “SADC que queremos” realizado em Ezulwini, Reino de Eswatini, em Março de 2017.

O retiro concordou com medidas destinadas a fortalecer a implementação da agenda de integração e promover a participação inclusiva dos

cidadãos nos programas regionais. Notou-se que a falta de envolvimento direto do sector privado é uma barreira ao desenvolvimento económico.

Além disso, a 37ª Cimeira da SADC, realizada em Pretória, África do Sul, concentrou-se na exploração de formas de aproveitar o sector público e privado para trabalhar em conjunto para promover o desenvolvimento económico sustentável na região.

O tema da Cimeira da SADC foi “Parceria com o sector privado no desenvolvimento de cadeias industriais e regionais de valor”.

As Parcerias Público-Privadas (PPP) são consideradas um modelo viável para atrair investimentos para projectos públicos, permitindo que os governos tenham mais acesso a capital adicional e financiamento fora do orçamento.

Outras iniciativas para reforçar o envolvimento do sector privado na integração regional incluem a convocação de uma Semana Anual da Industrialização da SADC para

popularizar a estratégia e angariar apoio para a sua implementação.

Lançada em 2016 antes da 36ª Cimeira da SADC, em Eswatini, a semana de industrialização oferece uma oportunidade para os estados membros e o Secretariado da SADC engajarem-se e interagirem com o sector privado, que é um actor importante na agenda da industrialização.

Desde o seu lançamento, a semana de industrialização foi realizada na África do Sul, em Agosto de 2017, e na Namíbia, em Julho e Agosto de 2018.

A República Unida da Tanzânia deverá acolher a semana de industrialização antes da 38ª Cimeira da SADC, agendada para Agosto.

O objectivo da semana de industrialização é popularizar a estratégia e identificar projectos de industrialização que possam ser implementados em conjunto pelo sector público e privado nos Estados Membros da SADC.

Tais projectos incluem desenvolvimento de infraestruturas, comércio regional e capacidade industrial.

O foco principal está em três esferas - Fortalecimento das Cadeias de Valor, Desenvolvimento do Corredor e Melhoria das Infraestruturas.

Em relação aos projectos de cadeia de valor, a prioridade é colocada na mineração e aproveitamento mineral, agro-processamento e produtos farmacêuticos.

O desenvolvimento do corredor envolve vários factores de habilitação, como padrões e infraestruturas de qualidade, facilitação do comércio e infraestruturas de transporte.

No que diz respeito ao desenvolvimento de infraestruturas, o foco especial são projetos de água e energia. □

Maurícias vai sediar o Centro Regional de Excelência para a Pesca

ESPERA-SE QUE as Maurícias assinem brevemente um Memorando de Entendimento com a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) para a criação um Centro Regional de Excelência em pesca e aquacultura.

O Centro de Excelência servirá para capacitação do sector de pesca e aquacultura para os países menos desenvolvidos da África e para a restante comunidade global.

Os formuladores de políticas de vários países se beneficiarão da experiência

bem-sucedida das Maurícias no desenvolvimento de seu sector pesqueiro e na construção de requisitos regulatórios e institucionais para atender aos padrões internacionais de segurança alimentar.

O centro também promoverá um intercâmbio activo de experiências, melhores práticas e conhecimentos para aproveitar melhor o potencial de desenvolvimento do sector pesqueiro e aquícola e aprimorar os seus conhecimentos especializados

com vistas a fortalecer as capacidades internas em vários países.

O sector das pescas e aquacultura desempenha um papel importante no bem-estar social e económico e na subsistência das pessoas na região da SADC, incluindo a garantia da segurança alimentar e eliminação da pobreza. Portanto, o estabelecimento de um Centro Regional de Excelência para a Pesca nas Maurícias é um desenvolvimento bem-vindo para a região. *Governo das Maurícias.* □



SADC vai analisar o seu sector de aquacultura

A SADC está no processo de avaliação das cadeias de valor da aquacultura regional para garantir que um maior valor económico seja derivado do sector.

A aquicultura é um dos três principais subsectores da indústria pesqueira e envolve o cultivo de peixes ou outros organismos aquáticos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, uma pequena mas crescente percentagem de peixe na SADC provém do subsector da aquacultura, cuja produção aumentou de 69.851 toneladas métricas, em 2015, para 95.761 toneladas métricas, em 2017.

O sector das pescas na África Austral emprega cerca de 2,4 milhões de pessoas e representa cerca de 3,54% do Produto Interno Bruto (PIB) da região e 8,99% do PIB agrícola.

Embora a região da SADC seja dotada de vastos recursos hídricos que favorecem o desenvolvimento da aquacultura, o crescimento do sector não corresponde à procura crescente de peixe devido a vários desafios.

A Estratégia e Plano de Acção Regional de Aquacultura da SADC (2016-2026) identifica alguns dos desafios a incluir:

- ❖ Ausência de cadeia de valor da aquacultura regional;
- ❖ Falta de compreensão do sector de aquicultura pelas instituições financeiras;
- ❖ Fracas estruturas de apoio à investigação para a aquacultura de pequena escala e comunitária na maioria dos Estados-Membros;
- ❖ Mecanismos ineficientes de disseminação de informação;
- ❖ Inadequadas estratégias de desenvolvimento para a aquicultura comercial em alguns Estados-Membros;
- ❖ Limitada genética das crias; e

❖ Fraco suprimento de ração e sementes para aquicultura de pequena escala baseada na comunidade.

Para enfrentar estes desafios e assegurar que o maior valor económico seja derivado do sector, a SADC está agora a analisar as suas cadeias regionais de valor de aquacultura.

Espera-se que o desenvolvimento de sinergias regionais no sector da aquacultura e um mercado regional integrado para produtos de valor acrescentado à base de peixe estimulem a competitividade e criem oportunidades para o sector privado, incluindo grupos marginalizados, colher os benefícios do desenvolvimento industrial e comércio.

O Secretariado da SADC contratou agora um consultor para traçar o perfil das cadeias regionais de valor da aquacultura.

Os principais objectivos do estudo incluem a necessidade de

descrever os mercados e a infraestrutura de marketing para os produtos da aquicultura na região em termos de volumes de produção, formas de produto e preço, qualidade e principais consumidores.

"Um exercício abrangente de mapeamento geográfico deve ser realizado para identificar os sectores e os nós de crescimento que devem ser priorizados para o desenvolvimento da cadeia de valor", diz parte dos Termos de Referência.

Durante a fase inicial do estudo, todos os países participantes serão avaliados para determinar quais serão direccionados para a coleta e avaliação detalhada de dados "no terreno". Os objectivos do estudo da cadeia de valor serão:

- Definir os desenvolvimentos actuais no sector, observando factores como tendências nos volumes de produção, crescimento do sector e criação de emprego, valor acrescentado, mercados de

importação e exportação, bem como política nacional e ambiente regulatório de apoio ao sector;

- Compreender o risco e a fixação de preços ao longo da cadeia de valor da aquacultura. Isso permitirá a aplicação eficiente das melhores práticas e o uso de tecnologias direccionadas para aumentar a eficiência, de modo que a qualidade seja melhorada com aumentos mínimos de preço para os consumidores pobres; e
- Avaliar os principais obstáculos e oportunidades para a melhoria e crescimento da cadeia de valor, incluindo políticas, regulamentações, qualidade para facilitar o comércio e novos mercados e avaliar o potencial para a expansão sustentável da aquacultura em todos os países-alvo e até que ponto isso complementaria ou conflituaria com as pescarias existentes. □

Seychelles pretende conter a pesca ilegal

NUM ESFORÇO para combater a pesca ilegal e não regulamentada, bem como outros vícios marítimos, as Seychelles designaram duas novas áreas marinhas protegidas no Oceano Índico.

A designação dessas zonas de proteção - cuja área total cobre cerca de 26% da Zona Económica Exclusiva do país ou aproximadamente 350.000 quilómetros quadrados - faz parte de um processo público de sete anos chamado Iniciativa do Plano Espacial Marinho das Seychelles (MSP).

O movimento desta nação insular em designar mais cursos de água como áreas protegidas ocorre após a assinatura de uma troca da sua dívida-para-

mudança climática, em 2016, que converteu parte da dívida externa das Seychelles para direccionar a conservação e a adaptação às mudanças climáticas no país.

O governo está redireccionando seus pagamentos de dívida para um fundo independente dedicado a medidas que reduzam e restaurem os recifes de corais e mangais, melhorem o turismo sustentável e a pesca, e equilibrem as metas de conservação e adaptação às mudanças climáticas com as suas necessidades de desenvolvimento.

A troca de dívida é um mecanismo de financiamento inovador para ajudar as

Seychelles - um grupo de ilhas no Oceano Índico - a lidar com a conservação e a adaptação às mudanças climáticas.

Alguns países que adoptaram com sucesso a conversão de dívida para adaptação às mudanças climáticas incluem o Belize e a Costa Rica.

Como parte da iniciativa MSP, espera-se que, até 2020, quase um terço das águas das Seychelles sejam protegidas por um "plano espacial marinho", que impedirá a pesca não regulamentada ou ilegal, bem como a exploração e desenvolvimento de petróleo e gás, mineração e dragagem em águas profundas. *Agência de Notícias Seychelles* □

Calendário eleitoral preenchido para a SADC em 2019

SETE PAÍSES da África Austral preparam-se para as eleições este ano - Botswana, União das Comores, Madagascar, Malawi, Moçambique, Namíbia e África do Sul. A Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM), juntamente com outras missões de observadores regionais e internacionais, acompanhará o processo eleitoral como de costume, em três fases: a pré-eleitoral, a votação e a pós-eleitoral. Espera-se que a SEOM produza um relatório sobre a condução de cada uma das eleições, de acordo com os Princípios e Directrizes da SADC que regem as eleições democráticas e que encorajam os Estados Membros a aderirem a valores e sistemas políticos comuns. □



Madagáscar vai eleger membros do parlamento

20 MARÇO é a data das eleições parlamentares no Madagáscar, o primeiro Estado membro da SADC a ir às urnas em 2019.

A Assembleia Nacional de Madagáscar é composta por 127 membros eleitos para mandatos de cinco anos em 119 círculos eleitorais uninominais e dois constituintes de dois membros. Nos círculos eleitorais de um único membro, o lugar é preenchido pelo candidato com o maior número de votos, enquanto nos círculos eleitorais de dois membros, dois candidatos pertencentes ao partido que obtém o maior número de votos tornam-se membros da Assembleia Nacional.

As eleições parlamentares vão decorrer depois das eleições presidenciais realizadas em Madagáscar em Dezembro de 2018, que elegeram Andry Rajoelina como Presidente após uma segunda volta em que ele disputou com Marc Ravalomanana. □



Eleições no Malawi

O PRESIDENTE Mutharika vai tentar a sua reeleição no dia 21 de Maio, quando os malawianos votarem nas eleições tripartidas para escolher o Presidente, os Membros do Parlamento e os representantes do Governo Local.

De acordo com a Comissão Eleitoral do Malawi (MEC), um total de 20 candidatos apresentaram seus documentos de candidatura para disputar a eleição presidencial. Entre eles estão a ex-presidente, Joyce Banda, e o vice-presidente, Saulos Chilima, que rompeu com Mutharika para formar seu próprio partido.

A MEC informou que mais de 6,8 milhões de eleitores inscreveram no período de recenseamento eleitoral de Junho a Novembro de 2018. O Malawi usa o sistema eleitoral *First Past The Post*, ou seja, o *Primeiro a Chegada*, segundo o qual o candidato com mais votos é declarado vencedor em cada um dos 193 círculos eleitorais. □



União das Comores - o mais novo Estado-Membro da SADC

APÓS A admissão das Comores como o 16º Estado Membro na Cimeira da SADC realizada em Pretória, África do Sul, em Agosto de 2017, a atenção agora está focada sobre a forma como o mais novo Estado Membro da SADC conduzirá as suas eleições de acordo com os Princípios e Directrizes da SADC que orientam as Eleições Democráticas.

Os eleitores elegíveis das Comores vão às urnas a 24 de Março para escolher o presidente. Inicialmente previstas para 2021, a eleição presidencial foi transferida para este ano após um referendo realizado em Julho de 2018.

As eleições serão realizadas sob uma nova Constituição, e uma das disposições permite que o presidente mantenha um máximo de dois mandatos de cinco anos, em vez do mandato anterior de cinco anos. O Presidente tem o poder de abolir os cargos de três vice-presidentes.

A rotação única do poder presidencial entre as três ilhas das Grande Comores, Anjouan e Mohéli foi mantida na nova Constituição. Esse acordo visa promover a paz e segurança sustentáveis no país depois de anos de instabilidade política que resultaram em vários golpes de Estado no final da década de 1990.

De acordo com o Tribunal Supremo das Comores, um total de 13 candidatos concorrerão nas eleições presidenciais, incluindo o actual Presidente Azali Assoumani. □



Eleições na África do Sul

MILHÕES DE sul-africanos votarão a 8 de Maio nas sextas eleições nacionais desde que o sistema do apartheid foi abolido em 1994, permitindo que a maioria dos cidadãos sul-africanos votasse.

Espera-se que a Comissão Eleitoral Independente (CEI) anuncie o número de eleitores registrados após o final do período de recenseamento terminado em 27 de Janeiro de 2019.

A África do Sul usa um sistema de representação proporcional no qual o eleitorado vota em num partido político, não em indivíduos. O partido político recebe uma parte dos assentos no Parlamento em proporção direta ao número de votos conquistados nas eleições.

Cada partido político registado envia uma lista de candidatos a CEI antes da eleição, e a CEI determina o número de vagas para cada partido com base nos resultados eleitorais. Metade dos 400 assentos da Assembleia Nacional são eleitos por um único círculo nacional, enquanto as nove províncias funcionam como nove círculos eleitorais para a eleição da outra metade.

O Presidente é então eleito pela nova Assembleia Nacional entre os seus membros, geralmente o líder do partido da maioria. O candidato renuncia ao parlamento após a eleição como presidente, e torna-se o Chefe de Estado e de Governo e Comandante-em-Chefe das Forças de Defesa.

As eleições nacionais seguem um ciclo de cinco anos, e o Congresso Nacional Africano (ANC) ganhou todas as eleições nacionais desde o fim do sistema do apartheid.

As nove legislaturas provinciais têm entre 30 e 80 membros, dependendo do tamanho da província, e estas são eleitas em votações separadas. Cada legislatura provincial então elege 10 membros para o Conselho Nacional das Províncias. □





Botswana prepara-se para as eleições de Outubro

O **BOTSWANA** vai realizar eleições parlamentares e locais do governo em Outubro deste ano.

O Botswana usa um sistema eleitoral *First Past the Post*, ou seja o *Primeiro a Chegada*, para a eleição dos membros do Parlamento. Os deputados eleitos atuam como colégio eleitoral para escolher o presidente.

A Assembleia Nacional é um órgão representativo eleito pelo sufrágio universal adulto e é composto por homens e mulheres de todos os sectores da sociedade. A Assembleia Nacional é composta por 65 membros do Parlamento, incluindo o Presidente e o vice-Presidente, sendo 57 membros eleitos pelos círculos eleitorais e 6 especialmente eleitos pelos membros do Parlamento.

O Partido Democrático do Botswana (BDP) venceu todas as eleições nacionais desde a independência em 1966 e agora é liderado pelo Presidente Mokgweetsi Masisi, o ex-vice-presidente, que se tornou líder do partido em Abril de 2018 e deve procurar confirmação no Congresso do Partido em Abril deste ano.

Uma coligação de partidos da oposição, a Umbrella for Democratic Change (UDC), liderada por Duma Boko, vai disputar as eleições nacionais contra o BDP. A UDC é uma aliança entre o Movimento para a Mudança Democrática do Botswana, a Frente Nacional do Botswana e o Partido do Povo de Botsuana. □



Moçambique prepara-se para eleições gerais

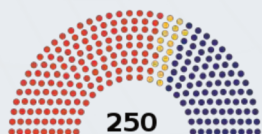
15 DE Outubro é a data das eleições nacionais em Moçambique, incluindo eleições presidenciais, legislativas e provinciais. Isso vai ocorrer após as eleições municipais realizadas em Outubro de 2018.

O Presidente Filipe Nyusi será o candidato presidencial da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). O principal partido da oposição, a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) elegeu Ossufo Momade como o seu líder, substituindo Afonso Dhlakama que faleceu no ano passado.

A Constituição de Moçambique especifica que o Presidente da República é o Chefe de Estado e Governo e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, e um símbolo de unidade nacional, directamente eleito para um mandato de cinco anos, caso vença mais de metade dos votos válidos expressos.

Se nenhum candidato receber mais da metade dos votos expressos na primeira volta, então uma segunda volta será realizada entre os dois candidatos que tiverem o maior número de votos. O candidato que receber a maioria dos votos na segunda turno será o Presidente eleito.

Na eleição legislativa, os 250 membros da Assembleia da República unicameral são eleitos directamente para um mandato de cinco anos, usando um sistema de representação proporcional baseado em listas partidárias por província. Existem 11 círculos eleitorais multimembros com 12 a 50 representantes baseados na população e correspondentes às províncias do País, além de dois círculos eleitorais unipartidários representando as comunidades moçambicanas em África e na Europa. Em 2019, pela primeira vez, os eleitores também deverão eleger governadores provinciais que terão um papel de supervisão provincial sobre as estruturas do serviço público nacional na província chefiada por um Secretário de Estado, embora este sistema esteja aguardando aprovação parlamentar. (sardc.net) □



Composição da Assembleia da República (Moçambique) em 2015

■ FRELIMO 144 ■ RENAMO 89 ■ MDM 17



Namíbia vai marcar data para as eleições

A **NAMÍBIA** ainda está por marcar a data para as eleições este ano, mas tudo indica que seja no final de Novembro, para escolher o Presidente e os Membros do Parlamento. As eleições ocorrem em intervalos de cinco anos na Namíbia e as eleições anteriores foram realizadas em 28 de Novembro de 2014.

A Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) vai concorrer as eleições com o Presidente Hage Geingob. A SWAPO está no poder desde 1990, depois de vencer as eleições pré-independência realizadas sob os auspícios das Nações Unidas após mais de duas décadas de luta armada contra a ocupação do País pelo regime Sul Africano do apartheid.

A Namíbia usa um sistema maioritário para as eleições presidenciais, em que o candidato com mais de 50% dos votos é declarado vencedor e a representação proporcional é usada para as eleições legislativas. A luz deste sistema de representação proporcional, cada partido político envia uma lista de candidatos e, em seguida, os partidos recebem o número de assentos que são proporcionais à sua participação geral na votação nacional.

De acordo com as emendas constitucionais de 2014, o número estatutário de membros da Assembleia Nacional foi ampliado de 78 para 104, dos quais 96 são eleitos directamente e oito são nomeados, conforme especificado no Artigo 46.

O número estatutário de membros do Conselho Nacional também aumentou, de 26 para 42. A actual legislatura compreende dois membros de cada um dos 13 Conselhos Regionais. A nova legislatura será composta por três membros de cada um dos 14 Conselhos Regionais (artigo 69). □

Rajoelina eleito presidente de Madagáscar

ANDRY RAJOELINA foi empossado como Presidente de Madagáscar após as eleições presidenciais do ano passado e uma segunda volta realizada a 19 de Dezembro. Foi necessária uma segunda volta contra Marc Ravalomanana depois de nenhum candidato ter conseguido mais de 50% dos votos nas eleições de Novembro de 2018. De acordo com os resultados da segunda volta, anunciados pela Comissão Eleitoral Independente Nacional, Rajoelina obteve 55,66% do total de votos contra 44,34% de seu oponente. No seu discurso de tomada de posse, Rajoelina disse que todos os malgaxes devem continuar trabalhando para garantir que o País retorne à estabilidade, o que é fundamental para o desenvolvimento sustentável.



Tshisekedi eleito presidente da RDC

FELIX TSHISEKEDI foi eleito Presidente da República Democrática do Congo durante as eleições realizadas em Dezembro de 2018. Tshisekedi obteve 38,5% do total de votos nas eleições de 30 de Dezembro, enquanto o seu rival mais próximo, Martin Fayulu, obteve 34,7%. A tomada de posse do novo presidente a 24 de Janeiro de 2019 foi um marco importante na história da RDC, e o Presidente Tshisekedi tomou medidas para construir uma união com os opositores e com o ex-Presidente Joseph Kabila. □





Chuvas normais com tendência para normal na segunda metade da época na SADC

Espera-se que a África Austral receba chuvas irregulares na segunda metade da época 2018/19, de acordo com a análise periódica intermédia produzida por especialistas regionais em clima.

A segunda revisão e actualização do Fórum Regional de Previsão Climática da África Austral (SARCOF-22) decorreu em Maun, Botswana, em Dezembro, para rever e actualizar as previsões climáticas sazonais divulgadas em Agosto de 2018, bem como apresentar um panorama climático sazonal para Março até Maio de 2019.

A previsão do SARCOF é dividida em duas partes, cobrindo o período Outubro a Dezembro de 2018 e Janeiro a Maio de 2019.

A previsão de consenso produzida pelo SARCOF-22 em Agosto de 2018 indicava que a maioria dos 16 países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) deveria receber chuvas “normais com tendência para abaixo do normal” para o período de Outubro de 2018 a Maio de 2019, excepto a Tanzânia onde se previa “chuvas normais com tendência para acima do normal”.

A precipitação “normal com tendência para acima do normal” também era esperada na maioria das regiões do noroeste e leste da SADC, e em algumas partes do sudoeste e leste de Madagascar.

Especialistas em clima também previam a possibilidade de um início precoce da época 2018-19, que poderia ser seguida por secas prolongadas que perturbam o tempo e a distribuição espacial das chuvas em toda a região.

A revisão dos dois primeiros meses mostra consistências em várias áreas com a previsão para Outubro a Dezembro.

A previsão intermédia da época não mostra grandes

mudanças na precipitação durante a segunda metade da época.

Grande parte da região provavelmente continuará recebendo “chuvas normais com tendência para abaixo do normal” para o período de Janeiro a Março, com excepção da região central da África do Sul, sudoeste de Botswana, sudeste da Namíbia, norte de Angola, Tanzânia, Madagascar, RDC, Maurícias e Seychelles, onde é esperada precipitação normal com tendência para acima do normal.

Para o período de Fevereiro a Maio de 2019, espera-se que a maior parte da região da SADC receba chuvas normais com tendência para acima do normal, com excepção do sudoeste e da maior parte do sul da ASDC onde se prevê chuvas normais com tendência para abaixo do normal.

Para desenvolverem essa previsão, os cientistas do clima levaram em conta os factores oceânicos e atmosféricos que influenciam o clima na África Austral.

Os riscos agrícolas associados à chuva insuficiente esperada incluem disponibilidade limitada de água, áreas de pastagem pobres e stress por calor que podem afectar tanto o cultivo quanto a pecuária.

A FEWSNET observa que, embora a maior parte da região tenha recebido chuvas suficientes para o plantio, as chuvas foram insuficientes para atender plenamente às necessidades hídricas para culturas de milho plantadas em algumas partes da África do Sul, sul de Zâmbia, Zimbabwe e Lesoto.

Em partes do sul de Moçambique, Lesoto e Zimbabwe, a falta de humidade causou a perda permanente de algumas culturas nos estágios iniciais de desenvolvimento, o que exigiu o preenchimento de lacunas e o replantio.

Apesar das chuvas moderadas a fortes no início e em meados de Janeiro, chuvas fracas no final do mês levaram ao stress de humidade do solo, fazendo com que algumas plantações de milho murchassem.

Tendo em conta que o cenário de chuvas abaixo da média vai provavelmente prevalecer, vislumbram-se poucas esperanças de recuperação de culturas e a produção de alimentos básicos estará abaixo da média no Lesoto, Angola, sul de Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe, na África do Sul e no norte da Namíbia.

No entanto, as condições de cultivo no Malawi, Madagascar e norte de Moçambique são favoráveis, o que provavelmente levará a uma colheita acima da média.

A previsão regional ocorre numa altura em que a situação da segurança alimentar na África Austral foi moderada devido a uma fraca colheita durante a época agrícola de 2017-18.

De acordo com um relatório sobre a Situação da Segurança Alimentar e Nutricional e Vulnerabilidade na África Austral, publicado pela SADC em Julho de 2018, os períodos de seca que caracterizaram a época chuvosa de 2017-18 resultaram na redução das colheitas de cereais em comparação com a época de 2017 que gerou um excedente.

Com base nos 10 Estados Membros da SADC que forneceram balanços de cereais para a campanha de 2018-19, estima-se que a região tenha um excedente de cereais de 6,3 milhões de toneladas métricas em comparação com 7,5 milhões de toneladas para os mesmos países na campanha anterior.

Isto significa que as reservas remanescentes nesses Países e os excedentes esperados em Moçambique e na Tanzânia serão suficientes para compensar os défices no Botswana, Eswatini, Lesoto e Namíbia.

Isto exigirá que os Estados Membros da SADC tomem medidas apropriadas para promover o comércio de milho e evitar tomar acções ad hoc que restrinjam as importações ou exportações de cereais dentro da região.

A região já adoptou várias medidas para mitigar os impactos de fracas colheitas, incluindo a promoção de investimentos em pesquisa e melhor acesso a recursos financeiros para pequenos agricultores, bem como investimentos em novas tecnologias e irrigação. □





Conversações sobre Mudanças Climáticas As negociações são benéficas para África?

A CRESCENTE frequência e natureza imprevisível dos desastres naturais, como cheias e secas, é uma chamada de atenção e alerta surpreendente de que as mudanças climáticas são um fenómeno grave que tem a capacidade de desestabilizar o mundo.

Reconhecendo isso, a comunidade global implementou várias iniciativas para combater os impactos das mudanças climáticas, incluindo a negociação de um acordo vinculativo sobre como reduzir as emissões de gases de efeito estufa que causam as mudanças climáticas.

Uma redução nas emissões de gases de efeito estufa é crítica, especialmente para os países em desenvolvimento, como os da África, que produzem menos emissões, mas são os mais afetados pelas mudanças climáticas devido a recursos financeiros limitados para se adaptar a essas mudanças.

No entanto, desde que as negociações sobre as mudanças climáticas começaram, há algumas décadas, elas ofereceram muito pouca esperança para a África, uma vez que as questões do financiamento climático para a resiliência continuam, em grande parte, sem solução.

Antes das últimas negociações climáticas realizadas em Dezembro de 2018, o Grupo Africano de Negociadores elaborou uma posição comum em que delineava as prioridades e as expectativas para fortalecer a resiliência climática.

Uma das principais prioridades era a necessidade dos países desenvolvidos fornecerem um mecanismo de financiamento previsível e adequado para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, mas a conferência não conseguiu produzir uma posição sólida sobre o financiamento climático.

Os países industrializados só foram "encorajados" a cumprir o seu actual compromisso de mobilizar 100 biliões de dólares norte-americanos para o financiamento climático por ano até 2020.

Especialistas em clima em África são de opinião que, para manter a temperatura global, que tem estado a subir, bem

abaixo de 2° C, os países industrializados devem ser responsabilizados e fornecer um fluxo confiável de recursos financeiros aos países em desenvolvimento para impulsionar os seus esforços de adaptação e mitigação.

A Perspectiva Ambiental Zambezi 2015 já alerta que os impactos das mudanças climáticas estão sendo sentidos em todos os sectores da África Austral, incluindo recursos hídricos, saúde humana, segurança alimentar, turismo e meios de subsistência.

Isso implica que qualquer atraso na implementação de medidas de resiliência agravará ainda mais os impactos das mudanças climáticas na região.

A Namíbia, que é o actual presidente da SADC, pediu às nações ricas do norte que cumpram as suas obrigações financeiras de maneira transparente para que os países em desenvolvimento implementem as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

"Na Namíbia, a implementação das NDC do nosso país está condicionada ao fornecimento de 90% dos recursos financeiros dos países desenvolvidos", disse a Primeira-Ministra da Namíbia, Saara Kuugongelwa-Amadhila, na 24ª Conferência das Partes (COP 24) da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) realizada em Katowice, Polónia.

A SADC e o resto do continente africano argumentam que tal assistência deveria funcionar como uma transferência líquida de riqueza do norte para o sul, principalmente na forma de donativos, em vez de empréstimos que sobrecarregariam ainda mais os países em desenvolvimento.

No Manual de Regras de Paris, as nações podem contabilizar todos os instrumentos não subsidiados como financiamento climático, como empréstimos comerciais, e eles são solicitados apenas a relatar a equivalência de subvenções destes numa base voluntária.

O livro de regras é um marco regulatório de longo prazo acordado em Katowice que ajudará os países a planejar, comunicar, implementar, relatar e acompanhar os seus compromissos a luz do Acordo de Paris.

Outro resultado que não atendeu às expectativas da África é que o livro de regras para a implementação do Acordo de Paris não deu ênfase suficiente à questão da perda e do dano.

O livro de regras apenas indica que os países vulneráveis terão um lugar para relatar as perdas relacionadas ao clima e o que estão fazendo para lidar com eles, incluindo informações sobre o tipo de ajuda de que precisam. Em Katowice, a questão das perdas e danos tornou-se um dos pontos críticos, uma vez que os países em desenvolvimento queriam que a perda e os danos fossem tratados de forma autónoma, enquanto os países desenvolvidos eram a favor de aplicá-la a outras iniciativas de adaptação.

O fracasso dos países desenvolvidos em considerar perdas e danos como uma componente importante significa que os fundos para maior adaptação continuarão sendo um desafio por muito tempo na África.

Apesar das suas grandes deficiências, os negociadores em Katowice, no entanto, conseguiram finalmente concordar com o livro de regras, que agora funciona como um manual operacional para a implementação do Acordo de Paris.

A Secretaria de Mudanças Climáticas da ONU observa que o livro de regras "operacionaliza a estrutura de transparência", que "define como é que os países fornecerão informações sobre as suas NDCs que descrevem as suas acções climáticas domésticas.

O Artigo 4.3 do Acordo de Paris menciona que a contribuição sucessiva e determinada nacionalmente de cada parte representará uma progressão além da actual contribuição das partes e refletirá a sua mais alta ambição possível, e suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respectivas capacidades, à luz de diferentes circunstâncias nacionais. sardc.net □





“Hora de ratificar e implementar o Protocolo de Maputo”

A **UNIÃO Africana** instou os Estados membros a acelerar a ratificação, a domesticação e a implementação do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África.

O apelo foi feito durante uma Consulta de Alto Nível sobre o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, conhecido como Protocolo de Maputo.

A reunião de alto nível realizada em Moçambique em Dezembro de 2018 coincidiu com o 15º aniversário da assinatura do protocolo.

A Presidente da Consulta de Alto Nível, Helen Ilboudo, disse ser fundamental que os Estados Membros identifiquem os aspectos que impedem a plena ratificação do Protocolo para garantir que os direitos das mulheres sejam promovidos e protegidos.

Ilboudo, que é Ministra da Mulher, Solidariedade Nacional e Família em Burkina Faso, disse que há necessidade dos países africanos não só ratificarem o protocolo, mas também implementar o instrumento para complementar as acções já em curso a nível nacional.

A Comissão da União Africana (UA) disse que os Estados Membros devem trabalhar em conjunto para assegurar a apropriação por várias partes interessadas no processo de ratificação, domesticação, implementação e elaboração de relatórios.

O Protocolo de Maputo foi adoptado em Julho de 2003 em Maputo, Moçambique, e entrou

em vigor em 2005 depois que 15 Estados membros o ratificaram.

No entanto, a falha da maioria dos Estados membros da UA em ratificar, domesticar e implementar o Protocolo sobre os Direitos da Mulher tem dificultado os esforços para promover e proteger os direitos humanos.

Apesar dos compromissos assumidos pelos líderes africanos em colocar as mulheres no centro do desenvolvimento e na redução da pobreza, os Estados Membros estão a demorar ratificar e domesticar o protocolo.

Para promover a ratificação e implementação do Protocolo de Maputo, foi adoptada a Década das Mulheres Africanas (2010-2020) que compromete os Estados Membros a ratificarem a ratificação e a plena domesticação e implementação até 2020.

Até à data, dos 55 Estados Membros da UA, um total de 40 ratificaram o Protocolo de Maputo. Destes Camarões, Quênia, Maurícias, Namíbia, África do Sul e Uganda ratificaram com reservas.

Um total de 16 países ainda não ratificou o Protocolo e estes são Botswana, Burundi, República Centro-Africana, Chade, Egito, Eritreia, Etiópia, Madagáscar, Marrocos, Níger, República Árabe Saaráui Democrática, São Tomé e Príncipe, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Tunísia.

Com apenas dois anos antes do prazo de 2020 para a ratificação universal, há uma necessidade de acelerar os esforços para encorajar os

restantes 16 Estados Membros a ratificarem o Protocolo de Maputo.

A este respeito, a Consulta de Alto Nível reafirmou a necessidade de parcerias mais fortes para instar os países a voltarem a comprometer a sua intenção com a missão de promover os direitos das mulheres, bem como a igualdade de género em África.

A reunião também adoptou um roteiro para o programa “Todos para o Protocolo de Maputo” para orientar e fortalecer as missões de advocacia no País para lidarem com as necessidades específicas de género.

O programa “Todos para o Protocolo de Maputo” é um dos principais projectos emblemáticos da Estratégia do Género da UA, visando mobilizar apoio e financiamento, bem como defender a ratificação universal do instrumento até 2020.

Na região da SADC, um total de 13 Estados Membros assinaram e ratificaram o protocolo. Estes são Angola, Comores, a RDC, Eswatini, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

As Maurícias e Madagáscar assinaram, mas ainda não ratificaram, e o Botswana não assinou.

O processo de aprovação de um instrumento jurídico regional requer, primeiro, a assinatura e, depois, a ratificação, um processo que difere de País para País.

Um protocolo “entra em vigor” após a ratificação por pelo menos dois terços dos Estados Membros. Isso faz com que a lei regional não seja uma intenção declarada de aplicação real.

Os Estados-Membros que aderem após a entrada em vigor de um protocolo são solicitados a “aderir” ao protocolo. □

UMA DAS principais resoluções da 32ª Cimeira da União Africana, realizada em Fevereiro, em Adis Abeba, Etiópia, foi o fim do casamento infantil.

A cimeira reafirmou o compromisso do continente para a Implementação da Posição Comum Africana sobre o Fim do Casamento Infantil em África e recomendações da primeira Cimeira sobre Raparigas Africanas realizada em Lusaka, Zâmbia, em Novembro de 2015, e todas as recomendações da 2ª Cimeira de Meninas Africanas sobre o Fim de Casamentos Infantis, realizado em Acra, Ghana, em Novembro de 2018.

Neste sentido, os líderes decidiram tomar medidas concretas para acabar com o casamento infantil em todas as suas formas e manifestações, com um firme compromisso com o artigo 21 (2) da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança e ter um relatório abrangente sobre o progresso para acabar com os casamentos de infantis na África através de um canal de denúncias para os órgãos políticos. □



32nd ORDINARY SESSION OF THE
ASSEMBLY OF THE AFRICAN UNION
10th - 11th February 2019
African Union, Addis Ababa, Ethiopia



África acelera a liberalização do comércio e das metas para o fim dos conflitos

A DETERMINAÇÃO de África para um mercado único está rapidamente a se tornar uma realidade depois dos líderes terem aprovado um modelo de liberalização do comércio que será usado pelos Estados Membros na preparação de cronogramas de concessões tarifárias.

O modelo sobre a liberalização do comércio ajudará os estados africanos a encontrarem as suas posições em relação à remoção ou redução de restrições ou barreiras à livre troca de mercadorias dentro do continente.

Líderes africanos aprovaram o modelo na 32^a Assembleia Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana (UA) realizada em Fevereiro em Addis Abeba, Etiópia.

A cimeira instou os Ministros da UA responsáveis pelo comércio a apresentarem os seus calendários de concessões tarifárias e os calendários de compromissos específicos para as sessões ordinárias previstas para Julho e Janeiro de 2020.

Espera-se que este desenvolvimento concretize as modalidades de operacionalização da prevista Área Continental de Comércio Livre (ACCL), com o objectivo de impulsionar o comércio intrarregional dos actuais 10% para mais de 40%.

O desenvolvimento de cronogramas de concessões tarifárias é um dos principais passos que devem ser dados pelos Estados Membros da UA para colocar em prática a ACCL.

Isso acelerará o processo de liberalização como um passo

essencial para a integração africana e o estabelecimento de um mercado africano unificado.

Espera-se que os calendários contenham detalhes sobre os requisitos sindicais personalizados de cada Estado Membro da UA, em particular 90 por cento dos produtos a liberalizar no curto espaço de tempo, bem como os produtos sensíveis que serão liberalizados durante um período de tempo mais longo e os produtos excluídos que devem ser temporariamente isentos de liberalização.

Além disso, os cronogramas de compromissos identificarão como é que as barreiras à entrada e as regulamentações de presença local, podem ser facilitadas para permitir a operação local de fornecedores de serviços de outros países africanos.

Espera-se então que isso culmine com a revisão do marco regulatório identificado como um impedimento para a implementação efetiva da ACCL.

O acordo para estabelecer a ACCL foi inicialmente assinado por 44 dos 55 Estados Membros da UA em Março de 2018 para promover o movimento harmonioso de bens e serviços através das fronteiras, bem como permitir aos países membros harmonizar as políticas comerciais regionais para promover a concorrência igualitária e aumentar o comércio.

Espera-se que a criação da ACCL aumente a competitividade a nível industrial e empresarial, explorando oportunidades de

produção em escala, acesso a mercados continentais e melhor realocação de recursos.

A ACCL abarca todos os 55 Estados Membros da UA, criando um mercado combinado de mais de um bilião de pessoas e um Produto Interno Bruto combinado de mais de 3,4 triliões de dólares norte-americanos.

Na 32^a Cimeira da UA, os líderes exortaram o continente a acelerar iniciativas destinadas a promover a paz e a segurança, bem como criar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico.

Estas incluem a mediação da paz em países onde existem conflitos como a Líbia, a Somália e a República Centro-Africana.

A cimeira solicitou ao Presidente da Comissão da UA, Moussa Faki Mahamat, que convocasse uma conferência internacional sobre a reconciliação na Líbia no primeiro semestre deste ano.

Este País do norte da África vem enfrentando desafios de poder desde a destituição de Muammar Gaddafi, em 2011.

A planeada conferência internacional, que será realizada em conjunto com as Nações Unidas, deverá tomar "todas as medidas necessárias para a organização das eleições presidenciais e legislativas em Outubro de 2019".

No Conselho de Segurança da ONU, os líderes reafirmaram a posição comum de África para reformar o conselho, com um forte apelo para que o continente tenha dois assentos permanentes

com todas as prerrogativas e privilégios, incluindo o direito de veto.

Além de dois assentos permanentes, os líderes africanos pedem mais cinco assentos não-permanentes, onde a UA reservará o direito de seleccionar seus representantes para a eleição para o Conselho de Segurança da ONU.

O conselho, que tem a tarefa principal de manter a paz e a segurança internacionais, continua a ser dominado por algumas nações poderosas à custa da maioria.

Dos cinco membros permanentes com poder de veto, nenhum é da África, mas o continente tem o maior de membros na ONU.

Os cinco membros permanentes são a China, a França, a Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos, com três deles (França, Rússia e Reino Unido) vindos da Europa.

Os membros permanentes gozam do direito de veto, o que significa que o conselho não pode implementar nenhuma decisão se um dos cinco membros permanentes se opuser a ela.

Além disso, o conselho é composto por 10 outros membros não permanentes eleitos para mandatos de dois anos pela Assembleia Geral da ONU. No entanto, esses membros não têm poder de veto.

Esse arranjo e estrutura onde alguns países são "mais importantes que outros" é o que a África e outras regiões em desenvolvimento querem reformar. □



SADC e Rússia reforçam cooperação

A SADC e a Rússia estão a trabalhar sobre as modalidades de reforço da cooperação após a assinatura, no ano passado, de um Memorando de Entendimento (MoU) sobre os Princípios Básicos de Relações e Cooperação.

O Embaixador e Representante Especial da Rússia na SADC, Vítor Sibilev, reuniu-se com a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, em Fevereiro, para discutir as modalidades de operacionalização do MoU.

Sibilev disse que a Rússia está pronta para colaborar com a SADC no avanço da sua agenda de integração regional, particularmente em áreas como manufatura, agricultura e desenvolvimento de infraestruturas.

A indústria, agricultura e desenvolvimento de infraestruturas são algumas das principais áreas prioritárias identificadas em vários documentos regionais, tais como a Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC, bem como o novo Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional.

Sibilev disse que a segunda Cimeira Rússia-África será

realizada em Outubro em Sochi, na Rússia, e ressaltou a importância da SADC aproveitar a Cimeira para impulsionar as relações com a Rússia, que é uma das economias globais que mais cresce.

A Dra. Tax disse que a região está ansiosa em fortalecer as relações com a Rússia, confirmando que a SADC

utilizará a próxima cimeira como uma plataforma para partilhar informação sobre oportunidades de investimento e o clima de investimento na região da SADC.

Ela disse que a SADC está interessada em finalizar as modalidades com a Rússia para o diálogo político e consultas, conforme previsto no MoU. □

Noruega para apoiar a integração da SADC

A NORUEGA prometeu continuar a apoiar a agenda de integração regional da África Austral.

A embaixadora norueguesa na África do Sul, Astrid Helle, disse isto quando fez uma visita de cortesia a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, no final de Janeiro em Gaborone, Botswana.

Helle cobre cinco outros países na SADC - Botswana, Lesotho, Madagáscar, Namíbia e Zimbabwe.

A Noruega apoiou várias iniciativas da SADC através do apoio técnico e financeiro da Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD).

Algumas áreas importantes de intervenção incluem apoio



técnico ao sector de energia e ao Grupo de Energia da África Austral.

Outras áreas de apoio são a reestruturação das instituições da SADC, apoio à implementação do Plano de Negócios da SADC, programas de combate ao HIV e SIDA da SADC e na melhoria da capacidade de mediação, especialmente o estabelecimento da Rede de Mulheres Africanas Mediadoras. □

Embaixadores da SADC promovem iniciativas regionais

O COMITÉ de Embaixadores e de Altos Comissários da SADC no Botswana é uma estrutura importante que desempenha um papel de ligação entre o Secretariado e os Estados Membros, assim como facilita a disseminação de informação, interacção e consulta entre as duas instituições.

O Secretariado da SADC realizou uma reunião com os embaixadores em Gaborone, Botswana, no dia 28 de Fevereiro, para informar a comissão sobre algumas iniciativas regionais.

O comité foi estabelecido em 2005 para aconselhar os Comités Nacionais da SADC sobre questões relacionadas com a implementação dos programas e actividades da SADC, bem como para facilitar a interacção e consultas entre os Estados Membros e o Secretariado da SADC. □

SADC e Alemanha identificam áreas de cooperação

A SADC e a Alemanha realizaram consultas sobre como fortalecer a cooperação.

As consultas em Gaborone, Botswana, foram copresididas pela Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, e pelo Embaixador da Alemanha no Botswana, Ralf Breth.

A reunião realizou-se nos dias 19 e 20 de Fevereiro para preparar as Negociações Bilaterais entre o Secretariado da SADC e o Governo da Alemanha, marcadas para Novembro.

Falando na reunião, a Dra. Tax expressou gratidão à

Alemanha pelo apoio contínuo à agenda de integração e desenvolvimento regional da SADC.

Segundo ela, para garantir que o apoio seja benéfico para ambas as partes, é necessário concentrar-se em programas prioritários, como a Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063; o Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas da SADC, o Plano Regional de Investimento Agrícola e outras estratégias e programas, incluindo a Aplicação da Lei e a Estratégia contra a Caça Furtiva.

Segundo a Dra. Tax, enquanto ambas as partes se preparam para as próximas Negociações Bilaterais SADC-Alemanha, é essencial ter em conta outros desafios emergentes do desenvolvimento, como as mudanças climáticas.

Breth disse que a Alemanha continuará a apoiar a SADC nas áreas técnica e financeira.

A reunião identificou várias áreas prioritárias de cooperação. Essas incluem:

- Integração económica regional;
- Paz e Segurança
- Gestão Transfronteiriça de Água;

- Uso Transfronteiriço e Protecção de Recursos Naturais e Resiliência às Mudanças Climáticas; e
- Fortalecimento das Articulações Nacionais Regionais e do Fundo de Estudos e Especialistas.

As áreas de cooperação identificadas estão de acordo com as prioridades da SADC delineadas no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional 2015-2020 e no Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação Política, Defesa, Paz e Segurança 2015-2020, bem como no Plano Marshall da Alemanha com a África. □

Fevereiro – Março 2019

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol 21 No 2 FEVEREIRO 2019



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House, Private Bag 0095,
Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakumba

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglene Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Nyarai Kampilipi, Danai Majaha, Kumbirai Nhongo,
Maidei Musimwa, Tariro Sasa, Tanaka Chitsa, Monica Muteru, Raymond Ndlovu,
Pedzisayi Munyoro, Thenjiwe Ngwenya, Ayub Blessing Moyo, Eunice Kadiki

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2019

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

P1 SARDC, Detailed design report for the Kazungula project, borgenmagazine.com, buzzercast; P2 zimborderguide, videohive.net, REDi; P4 SADC, Twitter, SADC; P5 namibiansun.com; P6 allAfrica.com, SADC-EU EPA Outreach; P7 noaa.gov, Kaskazini, NU Sci; P8 Vox, Africa Center for Strategic Studies, Botschaft Madagaskar, RFI, Africa Center for Strategic Studies, News24; P9 CNN, en.wikipedia.org, Businesslive.co.za, France24; P10 MIGA - World Bank, trust.org, NASFAM, kitchenhomegardener.in, inhabitat.com; P11 commons.wikimedia.org, irinnews.org, adventuresholidays.tours, mangoafricansafaries.com, en.wikipedia.org; P12 Namibian Sun, primaryschool.lomagundi.com; P13 2019 African Union Commission, African Union Foundation, www.au.int; P14 SADC NEWS; P16 panoramio.com

Subscreva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

Julius K. Nyerere House, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141

www.sadc.net

Conhecimento para o Desenvolvimento



SARDC.NET



@sadc.net

Austrian
Development Cooperation

Este documento foi produzido no contexto de um projeto financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento / o Desenvolvimento Austríaco Cooperação. A responsabilidade do conteúdo desta publicação reside inteiramente no autor; as informações e opiniões expressas não refletem a opinião oficial da Agência austríaca de desenvolvimento / Cooperação austríaca para o desenvolvimento.

Fevereiro
2, Global

Dia Mundial das Zonas Húmidas

Este dia marca a adopção da Convenção sobre Zonas Húmidas em 2 de Fevereiro de 1971, na Cidade iraniana de Ramsar, nas margens do mar Cáspio. O Secretariado de Ramsar forneceu materiais de divulgação desde 1997 para ajudar a consciencializar o público sobre a importância e o valor das zonas húmidas. O tema de 2019 é "Zonas húmidas e Mudanças Climáticas".

10-11, Addis Abeba,
Etiópia

32ª Cimeira da União Africana

A 32ª Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana oferece uma oportunidade para os líderes africanos discutirem a integração continental. O tema para 2019 é "Refugiados, repatriados e pessoas deslocadas internamente: rumo a soluções duradouras para o deslocamento forçado em África".

19-20 Joanesburgo,
África do Sul

África Conferência de Energia Indaba

O Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilharem percepções e soluções para os desafios energéticos de África, além de explorar as vastas oportunidades de desenvolvimento de energia oferecidas para a África.

28, Dar es Salaam,
Tanzânia

Conselho de Ministros da ZAMCOM

O Conselho de Ministros da Comissão da Bacia Hidrográfica do Zambeze fornece orientação política para a gestão cooperativa e desenvolvimento da Bacia do Rio Zambeze. O Conselho aprova o relatório anual planos de trabalho e orçamentos, e considera as recomendações do Comité Técnico da ZAMCOM. O Secretariado da ZAMCOM está baseado no Zimbábue.

Março
8, Global

Dia Internacional da Mulher

Esta é uma ocasião para refletir sobre o progresso feito na promoção dos direitos das mulheres e discutir as mudanças necessárias. O tema para 2019 é "Pense Igual, Construa Inteligente, Inove para a Mudança".

11-22, Nova Iorque

63ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher

A Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher reúne-se anualmente e é o principal órgão intergovernamental exclusivamente dedicado à promoção da igualdade de género e empoderamento das mulheres, assumindo um papel de liderança no monitoramento e revisão do progresso na implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing.

15 -16, Windhoek,
Namíbia

Conselho de Ministros da SADC

O Conselho de Ministros da SADC é responsável por supervisionar e monitorizar as funções e desenvolvimento da SADC, e assegurar que as políticas sejam adequadamente implementadas para promover a integração regional.

20, Madagáscar

Eleições parlamentares

Eleições parlamentares no Madagascar serão realizadas após as eleições presidenciais em Dezembro do ano passado.

20-21, Nairobi,
Quênia

Conferência Anual da TRALAC de 2019

A conferência anual do Centro de Lei e Negócios oferece uma oportunidade para os legisladores, pesquisadores, académicos e actores não-estatais discutirem questões de comércio global com foco especial na agenda de comércio, integração e desenvolvimento industrial da África. O tema de 2019 é "Agenda de Integração da África - das aspirações à implementação pragmática".

22, Global

Dia Mundial da Água Mundial

O Dia Mundial da Água é celebrado anualmente a 22 de Março para chamar a atenção para a importância da água doce e para a gestão sustentável dos recursos de água doce.

24, Comores

Eleições nas Comores

As eleições presidenciais e regionais estão programadas para 24 de Março. Isto marca a primeira vez que as Comores realizam as suas eleições como membro da SADC. As Comores juntaram-se à SADC em Agosto de 2018.

26-27, Joanesburgo,
África do Sul

Ligação Água, Energia e Alimentação

O Diálogo Multipartes Interessadas da SADC sobre a ligação Água, Energia e Alimentação (WEF) foca este ano o empoderamento da juventude, com o tema "Promovendo a Abordagem Água-Energia-Alimentação e o Empoderamento da Juventude para o Desenvolvimento Sustentável". O Diálogo Multipartes Interessadas da SADC é um evento bienal organizado pela Direcção da Infraestruturas da SADC e é dirigido pelo Sector da Água.

Heróis 50 Anos

Lembrando Eduardo Chivambo Mondlane

03 DE FEVEREIRO 3 é Dia dos Heróis em Moçambique, e em 2019 a comemoração é muito especial.

Este ano marca o 50º aniversário da morte de Eduardo Mondlane, o líder fundador da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Mondlane foi morto por uma carta-bomba durante a guerra pela independência do domínio colonial. Morreu aos 49 anos de idade, a 3 de fevereiro de 1969, quando abriu uma encomenda enviada pela polícia de segurança portuguesa, entregue a ele em sua casa em Dar es Salaam, na Tanzânia.

Ele é respeitado como o Pai da Independência de Moçambique, uma tocha recolhida e levada a cabo por Samora Machel, que se tornou o primeiro Presidente de Moçambique a 25 de Junho de 1975.

A data do seu assassinato é comemorada todos os anos em Moçambique como o Dia dos Heróis. O dia foi marcado para homenagear a sua vida, assim como a de todos os homens e mulheres que lutaram bravamente pela independência do país, pela qual muitos sacrificaram as suas vidas, e os que contribuíram para o desenvolvimento do Moçambique pós-independência.

Nascido em Junho de 1920 em Nwadjahane, uma aldeia na província de Gaza, no sul de Moçambique, Eduardo Mondlane desempenhou um papel importante na luta contra o domínio colonial Português. O nacionalista moçambicano bem-educado é recordado pela sua dedicação altruísta na luta contra o domínio dos colonos.

Após a independência de Tanganica (mais tarde na Tanzânia) em 1961, Mondlane assumiu as operações de base em Dar es Salaam, onde unificou a UDENAMO, MANU e UNAMI para formar a Frelimo, em 1962.

A independência de Moçambique não veio isoladamente. A Tanzânia forneceu apoio técnico e material em forma de abrigo para refugiados moçambicanos e uma base de retaguarda para os guerrilheiros da Frelimo, incluindo formação e equipamento, bem como a organização do Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana.

O golpe de Estado em Portugal, a 25 de Abril de 1974, quando o Movimento Português das Forças Armadas derrubou o regime militar em Lisboa, foi um ponto de ruptura na luta pela independência de Moçambique.

Isto resultou do descontentamento de recrutas enviados para lutar nas colónias africanas de Portugal, particularmente porque estavam a perder a guerra contra a Frelimo em Moçambique e culminaram em negociações entre representantes portugueses e da Frelimo. Um acordo de independência foi assinado na Zâmbia, a 07 de setembro de 1974, agora comemorado como o Dia da Vitória, que marcou o fim da guerra de libertação.

A principal celebração do Dia dos Heróis é realizada na Praça dos Heróis, perto do aeroporto internacional em Maputo, onde vários grupos de pessoas se reúnem para homenagear os combatentes da liberdade e apoiar a igualdade para todos os cidadãos de Moçambique.

No centro da praça ergue-se um monumento em forma de uma estrela de mármore branco onde Mondlane foi enterrado, bem como o primeiro presidente do país, Samora Moises Machel e outros heróis da luta de libertação. □



Malawi lembra-se dos mártires da libertação

O DIA 03 De Março é uma data importante na história da libertação do Malawi, e é comemorado todos os anos em honra dos mártires que deram a vida na luta contra o colonialismo.

O dia invoca lembranças dolorosas de cerca de 40 pessoas que perderam as suas vidas em 1959, durante uma revolta contra o colonialismo britânico. Este foi um marco na luta contra o domínio colonial que acabou por trazer a independência ao Malawi a 06 de Julho de 1964 sob os auspícios do primeiro presidente, Hastings Kamuzu Banda.

Este ano celebram-se 60 anos de recordação de homens e mulheres que defendiam valores e ideologias fortes e sacrificaram as suas vidas para lutar contra o domínio britânico no Malawi. Os britânicos ocuparam o território do Malawi nos meados do século XIX e proclamaram um protetorado britânico em 1891, posteriormente designado Nyasaland, em 1907.

A celebração do Dia dos Mártires é marcada por discursos de diferentes grupos e orações pelos combatentes da liberdade que partiram. □

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro-Abril 2019

1 Fevereiro	Abolição da Escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dias Nacional da Luta Armada	Angola
5 Fevereiro	Festival da Primavera Chinesa	Maurícias
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
4 Março	Maha Shivaratree	Mauritius
5 Março	Carnaval	Angola
8 Março	Dia da Mulher	Angola, Zâmbia
11 Março	Dia de Moshoeshoe	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Mauritius
	Dia da Juventude	Zâmbia
18 Março	Dia do Sheik Al Maarouf	Comores
21 Março	Dia da Independência	Namíbia
	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
29 Março	Dia dos Mártires	Madagáscar
4 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
6 Abril	Ougadi	Maurícias
7 Abril	Dia do Sheik Abeid Karume	Tanzânia
13 Abril	Leilat al – Meiraj	Comores
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19 Abril	Aniversário do Rei	Eswatini
	Sexta-feira Santa	Toda SADC
20 Abril	Páscoa/Sábado Santo	Seychelles, Zâmbia
22 Abril	Segunda-feira de Páscoa	Botswana, Lesotho, Madagáscar
		Malawi, Namíbia, Seychelles, Swazilândia, Tanzânia
	Dia da Família	África do Sul
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Eswatini
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul